



Plano de Governo de Elias Vaz

Por uma Goiânia Criativa, Inclusiva, Transparente e Participativa

Introdução

A seguir, cumprindo determinação da Legislação Eleitoral, apresentamos as linhas mestras do nosso Plano de Governo intitulado: “Por uma Goiânia Criativa, Inclusiva, Transparente e Participativa”

Nosso Plano de Governo, no entanto, será enriquecido durante o processo eleitoral, com a participação da sociedade. Aliás, é para isso que existe a campanha eleitoral. Para que o Plano de Governo seja debatido e aperfeiçoado num debate franco com a comunidade.

Faremos isso a partir de grupos temáticos que serão estruturados com a participação de representantes dos segmentos sociais interessados em cada tema. E também recolhendo sugestões através das redes sociais e diversos outros mecanismos de interação.

Dessa forma construiremos um Plano de Governo mais sólido, que represente efetivamente os anseios e aspirações da maioria da população de Goiânia.

Gestão Criativa

Um dos campeões mundiais em concentração de rendas e riquezas, o Brasil reproduz em todas as suas unidades federadas esse modelo de desigualdades. Em Goiânia não é diferente. Apesar dos fantásticos avanços que o capitalismo, em escala global, proporcionou na produção e na oferta de bens e serviços, o acesso a todas essas formidáveis conquistas ficou limitado a uma parcela minoritária da sociedade.



Enquanto não se operam mudanças globais na estrutura econômica do País, compete a cada gestão local dar passos na direção de diminuir as desigualdades. Isso se faz aproveitando-se as extraordinárias conquistas tecnológicas dos últimos anos e colocando-as a serviço da maioria da população.

Para isso precisamos adotar como parâmetro as diversas formas de economia criativa que se desenvolvem no Planeta, da mesma forma que as inúmeras experiências criativas, transparentes e democráticas de gestão pública. Com o objetivo central de promover uma gestão onde a sociedade verdadeiramente assuma como seus os destinos da cidade.

Vamos utilizar os avanços da informática e o advento das redes sociais para envolver a população de Goiânia na generosa tarefa de democratizar a gestão pública, de torná-la mais eficiente e próxima às comunidades, com o objetivo de torná-la uma cidade saudável econômica e socialmente. Modernizando os mecanismos de transparência na divulgação dos gastos e ações de governo e de consulta à sociedade.

Economia Criativa

A pandemia decorrente do coronavírus, que marca o ano de 2020, trouxe para as cidades brasileiras, mais do que nunca, a necessidade de se reinventar criativamente.

A pandemia revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal da política do Estado mínimo.

Os produtos e serviços da Economia Criativa ganharam importância ainda maior com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o *e-commerce* e os serviços de entrega solicitados por WhatsApp resolveram antigos e criaram novos problemas.

O período de isolamento social - único remédio eficaz contra o coronavírus, antes da vacina - só se tornou suportável com os



recursos da tecnologia de comunicação, em suas várias formas, e da tecnologia digital para intercomunicação individual, inclusive na política. As sessões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembleias Legislativas Estaduais, das Câmaras Municipais e dos Tribunais de Justiça passaram a ser realizadas virtualmente.

As tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos *big-datas*, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras, e às alternativas sociais e econômicas, desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam enorme importância, mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

A pandemia ocasionada pelo Coronavírus constituiu-se, assim, num importante acelerador da criatividade e também dos valores socialistas, nas cidades brasileiras marcadas pela brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero passaram a ter suas relevâncias extremamente realçadas.

Um Modelo de Cidade Inovadora e Criativa

É preciso repensar práticas, nos municípios, que promovam a revisão dos padrões de consumo, da relação com o meio ambiente e também recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

Nesse sentido, a Economia Criativa não se apresenta apenas como o conjunto das atividades nas quais o talento humano é a principal matéria-prima, mas também como estratégia de desenvolvimento e ponto de orientação para a criação de políticas públicas de incentivo e apoio à inovação tecnológica e à cultura.

O reinventar criativo das cidades passa pela incorporação das mais variadas bandeiras identitárias e libertárias, num projeto de cidade acolhedora, solidária e colaborativa. E, para isso, devemos



considerar as iniciativas que envolvam os coletivos culturais e tecnológicos; as cooperativas de microcrédito; cooperativas de trabalho; e a autogestão de trabalhadores em empresas. Precisamos, também, envolver as entidades e os movimentos que lutam pela igualdade de gênero, raça e orientação sexual.

Uma Cidade Criativa necessita de um bom ambiente de negócios; condições físicas (parques, jardins, áreas verdes) e de serviços capazes de atrair talentos pessoais e capitais, na área dos negócios criativos tecnológicos e culturais. Isso significa gerar riqueza, emprego e renda.

O primeiro passo é reconhecer nossas vocações econômicas e nossas características culturais. Identificar os diferenciais competitivos, valorizando aquilo que é específico e único, pois a partir desse desenho cultural, econômico e social, é que será possível formular um plano estratégico. Prefeito, vereadores, servidores públicos, professores, artistas, intelectuais, trabalhadores, donas de casa, todos são capazes de ter boas ideias e sugerir soluções para cada problema da cidade. O Planejamento Estratégico organizará essas potencialidades e colocará em ordem as prioridades.

Propostas Iniciais

- Elaborar um plano estratégico de Economia Criativa com todo o município, convocando e mobilizando as representações dos setores mais dinâmicos da sociedade, como as universidades ou os dirigentes e professores das escolas; líderes sociais; empresários; técnicos dos serviços públicos e privados; clube de serviços; artistas; intelectuais; líderes sindicais e políticos de todas as correntes, para iniciar o planejamento e a execução do projeto de Cidade Criativa.
- Potencializar as tradições e os valores simbólicos. É importante expandir o conceito de cultura. O projeto de Cidade Criativa defendido pela Coligação atribui valor especial à cultura como modo de vida e como matriz de identidade, inclusive para o setor tecnológico e do *design*, de maneira a criar marcas locais para os produtos desenvolvidos pelas modernas tecnologias. Os



valores da cultura popular brasileira podem e devem dinamizar a Economia Criativa, em produções como *games*, cinema, videoarte, produção digital, no campo das mídias sociais e na digitalização de muitos dos processos criativos.

- Estabelecer estratégias de desburocratização para compor um bom ambiente de negócios criativos no sistema tributário para as atividades que envolvam a Economia Criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes.
- Desoneração tributária (Imposto sobre Serviço – ISS e até mesmo o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, no caso de ações relacionados ao patrimônio arquitetônico) para empreendimentos criativos.
- Garantir recursos para os projetos, por exemplo, de *startups* tecnológicas de articulação do turismo com a cultura e o entretenimento.
- Estimular a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs), *clusters* criativos e redes de cooperação. A produção coletiva é uma característica das Cidades Criativas, tanto na área tecnológica como no artesanato, nas artes e no entretenimento.
- A recuperação de áreas degradadas das zonas urbanas e sua transformação em Distritos Criativos. Ao destinar e estimular o uso dessas áreas à cultura, à produção tecnológica, ao entretenimento ou ao *coworking*, reunidas e articuladas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), associações, cooperativas, ou, ainda, outros modelos cooperativos, o poder público local dará um enorme passo à (re)ocupação inteligente de espaços outrora degradados e precarizados.
- Criação de Conselho de Emergência para retomada econômica, com membros da sociedade civil organizada, da indústria, do comércio e instituições de ensino e pesquisa.



- Desenvolvimento de escola de empreendedorismo voltada para os jovens que perderam o emprego e/ou sem situação de vulnerabilidade devido à crise que assola o município.
- Desburocratização dos serviços públicos da prefeitura, como facilitação para abertura de MEI, desenvolvimento de plataformas e apps para acesso aos serviços públicos municipais de Goiânia.
- Telemedicina: adoção de sistemas de informação na rede de saúde municipal para atendimento telepresencial de pacientes, além de recursos de exames de diagnóstico de imagem e laboratoriais utilizando plataformas web.
- Inovar na administração pública, diminuindo e informatizando serviços públicos como saúde, educação e emprego, diminuindo tempo de espera em filas de atendimento nos equipamentos públicos e incentivando a eficiência e eficácia do funcionalismo municipal.
- Criação de um "fundo" de microcrédito voltado ao microempreendedor, ao trabalhador informal, às cooperativas de produção, e aos jovens que precisam se inserir na nova era da economia digital.
- Incentivo fiscal para criação de empregos, com contrapartidas claras e objetivas.
- Criação de um "fundo" municipal de emergência para ajudar o comerciante local, possibilitando acesso à crédito, à capacitação profissional, e possibilitando a reinvenção do comércio local para se adaptar à uma nova realidade estrutural da economia nos próximos cinco anos.
- Criação de novas vagas em creches com parcerias com organizações sociais e entidades patronais, fortalecendo a participação do setor privado e do terceiro setor na inserção da mulher no mercado de trabalho.



- Criação de um polo digital focando no acesso a soluções tecnológicas e inovadoras para startups locais e empreendedores.
- Parcerias com a indústria e com o comércio, cooperando com o setor produtivo para geração de oportunidades.
- Incentivar iniciativas de agroecologia urbana, aproveitando-se dos terrenos vazios.
- Desenvolvimento de oficinas de capacitação e formação, com parcerias com universidades e escolas locais para desenvolver ações que possam aumentar o índice de empregabilidade do cidadão, como cursos online e presenciais de inglês, de espanhol, de programação, de certificações profissionais na área de tecnologia, de gastronomia, marketing digital, e de outras capacidades profissionais que incluam o cidadão goiano na economia do século 21.
- Criação de um programa de atração de investimentos e geração de empregos com benefícios fiscais e tributários para empresas no Município.
- Desenvolvimento de um portal da transparência mais ágil e simples para o cidadão acompanhar os gastos da prefeitura, com disponibilização das notas fiscais para dar a mais ampla publicidade e ferramentas para o controle social e das autoridades de controle, aplicando na íntegra o art. 7º da Lei Municipal nº 9.262/2013, modificada por emenda do então Vereador Elias Vaz.
- Apoio ao funcionamento e estruturação das Feiras

Saúde é um direito de todos

- Consolidar o Modelo de Atenção a Saúde do Município articulando segundo os princípios do SUS as Redes: i) Atenção Básica ou Primária. ii) de Atenção Especializada.; iii) de Urgência e



- Emergência. Iv) de Alta e Altíssima Complexidade de modo a assegurar o acesso e permanência universalizados.
- Ampliar a cobertura do Programa de Saúde da Família e do Estratégia Saúde da Família no município, bem como dos equipamentos da Atenção Básica.
 - Adotar protocolos clínicos e de encaminhamento em todas as dimensões da atenção primária básica
 - Promover práticas de promoção e prevenção à saúde para reduzir os fatores de risco associados às doenças crônicas
 - Criar programa de visitas domiciliares dentro Programa de Saúde da Família e do Estratégia Saúde da Família visando combate da dengue e testagem para COVID-19
 - Aperfeiçoamento da política de vigilância em saúde ambiental, de forma a integrar as das áreas responsáveis pelo Meio Ambiente e a Saúde tendo como fio condutor a promoção da saúde integral da população
 - Otimizar os processos de contratação e aquisição de insumos médico-hospitalares
 - Ampliar a capacidade de coleta e análise de dados da Secretaria Municipal de Saúde e criar uma sala de informação estratégica em saúde com equipe própria
 - Ampliar processos de escuta e participação social dentro do SUS
 - Enfrentamento a Covid-19 e a superação dos transtornos por ela advindo: fortalecer as estratégias das políticas de Vigilância em Saúde como forma de enfrentar e combater as doenças causadas por mosquitos e outros vetores e integração de visitas com vistas a ampliação da testagem para Covid
 - Fortalecer as estratégias dos Programas de Saúde: de Saúde da Mulher, de Saúde na Primeira Infância; de Enfrentamento às Diabetes, de Hipertensão; de Enfrentamento à Obesidade entre outros, como forma de adoção de todos os cuidados com vistas à proteção integral.
 - Modernização da gestão da saúde;
 - Garantir prazo para atendimento das consultas, exames e realização de cirurgias eletivas, com foco na Lei nº 10.044/2017.



Educar para emancipar

- Foco na aprendizagem: Combater a evasão, a repetência, o abandono, a defasagem idade/série da Educação Básica, garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na Educação Básica. Estabelecer metas de frequência e rendimento para cada escola.
- Elaborar, implementar, monitorar e avaliar os Projeto Político Pedagógicos das escolas alinhados à BNCC - Base Nacional Comum Curricular.
- Capacitar, qualificar e valorizar a carreira do magistério.
- Financiamento: aplicar os recursos da educação - federais, estaduais e municipais e realizar as alterações no mecanismo do novo FUNDEB.
- Ampliar a demanda da Educação Profissionalizante, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial.
- Promover ações visando aproximar a escola da comunidade:
- Criar um programa de escolas inovadoras, empreendedoras e colaborativas voltado para a gestão democrática.
- Melhorar a infraestrutura escolar
- Desenvolver ações de respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade sócio ambiental.
- instituir política municipal de Educação Infantil para atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses (Primeira Infância) por meio de ações intersetoriais envolvendo Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte.
- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE (2014-2024).
- Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas e Centros Municipais de Educação Infantil, de forma a atender a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos, conforme metas estabelecidas no PNE.



- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias locais para o Ideb.
- Combater o analfabetismo ainda existente em setores significativos da população de Goiânia.
- Ampliar a oferta das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- Modernizar a gestão da Educação Municipal.
- Garantir em legislação específica, para a efetivação da gestão democrática da educação no Município, o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho.
- Fortalecer o programa de compras para a Alimentação Escolar como estratégia de fortalecimento da Agricultura Familiar.

Mobilidade Urbana: Humanização, sustentabilidade, acessibilidade e qualidade

(Transporte coletivo)

O direito à mobilidade urbana constitui um enorme e prioritário desafio na agenda das políticas públicas. A candidatura Elias Vaz entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados com ênfase para o transporte público. Defende a inversão de prioridade quanto aos usos de tráfego. As faixas de rolamento devem ser destinadas preferencialmente, em sua maioria, aos veículos de transportes coletivos e de massa.

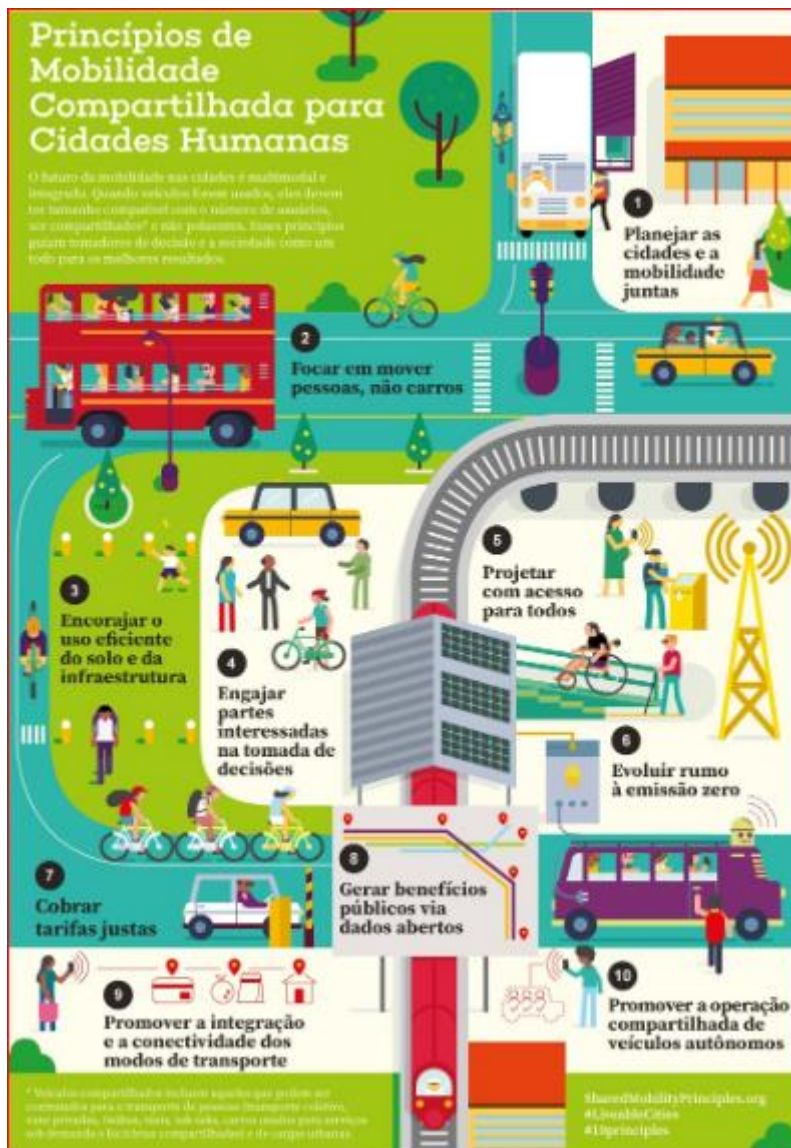
A implementação dos projetos para o transporte público coletivo e individual requer planejamento de curto, médio e longo prazos e aportes significativos de recursos que devem contar com a participação dos Governos Estadual e Federal, que iremos buscá-los com todas as nossas energias ancorados em projetos elaborados de modo competente.

A alocação dos recursos públicos priorizará os projetos voltados ao fortalecimento da infraestrutura de transporte de massa como os corredores exclusivos para ônibus, terminais de integração e a adoção de ciclofaixas.



***Ações principais*:**

- Elaborar Plano Municipal de Mobilidade Urbana articulado com o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município e todos os demais planos municipais das demais políticas públicas.
- Proporcionar o acesso da população a sistema de transporte coletivo seguro, sustentável, acessível e de boa qualidade.
- Adotar estratégias de revisão e transparência na política tarifária.
- Aperfeiçoar e melhorar a segurança pública no sistema de transporte público.
- Implantar novas faixas de ciclovias.
- Ampliar a adoção de veículos movido por energia limpa.
- Promover a fiscalização do trânsito, em conjunto com uma política de educação para a segurança do trânsito e respeito à vida.
- Estruturar e adotar programa de instalação de passarelas em pontos de travessia de pedestres.
- Adoção dos “Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades Humanas”, conforme preconizado pela <https://www.sharedmobilityprinciples.org/> e sintetizado na ilustração a seguir:



Fortalecer a Rede de Assistência Social

- Garantir a implementação da LOAS (Lei Orçamentária da Assistência Social - Lei nº 8742 de 1993), que define claramente os objetivos e diretrizes da Assistência Social.
- Realizar um diagnóstico da Assistência Social no Município de Goiânia, para se efetivar a execução de um plano que leve em consideração a implantação e implementação do SUAS;



- Estabelecer critérios técnicos e políticos a partir da escolha prioritária de profissionais que atuam no SUAS para ocupar cargos de direção e assessoramento na execução da política de Assistência Social;
- Fortalecer a rede de atendimento existente e ampliá-la com a participação de todos os segmentos sociais envolvidos na temática;
- Garantir a integração das ações das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social visando uma execução eficiente dos diversos programas transversais a essas áreas;
- Implementar a Lei Municipal de nº 9.778, de 29 de março de 2016, que dispõem sobre o Plano Municipal de Atenção a População em Situação de Rua e o Sistema de Acolhimento preconizadas nas Resoluções CMASGYN Nº56/2010 e Nº011/2011 incluindo a reestruturação da Equipe de Educadores Sociais de Rua e a Casa da Acolhida e Centro Pop;
- Assegurar que todos os recursos disponíveis sejam efetivamente alocados nos Fundos de Assistência Social do Município para a efetivação da política para o setor e a viabilização das parcerias existentes;
- Defender melhores condições de trabalho aos profissionais do sistema único de assistência social, no qual trabalham em condições precárias
- Fazer parcerias para apoio ao 3º setor que desenvolve trabalhos de maneira louvável, relevante, e indispensável a sociedade;
- Garantir que as parcerias e convênios firmados sejam efetivamente cumpridos, sem os atrasos que se tornaram rotineiros;



Pessoas com Deficiência

- Fortalecer as políticas públicas, promovendo ações e desenvolvendo projetos, visando assegurar a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todas as áreas de desenvolvimento humano;
- Desenvolver ações visando buscar o exercício pleno dos direitos humanos e a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Propor a realização de audiências e consultas públicas envolvendo as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos assuntos que as afetem diretamente buscando a sua inserção nas diversas atividades;

Igualdade Racial

- Criação dos Núcleos de Igualdade Racial
- Recriar o Projeto Escola no Paço – Implementação da Lei 10.639/2003
- Fortalecer o COMPIR – Conselho Municipal de Igualdade Racial
- Fortalecer o Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cultura de Paz
- Fortalecer a Secretaria Municipal de Direitos Humanos



- Fortalecer o Programa de Saúde da População Negra de Goiânia
- Fortalecer políticas Públicas de Diversidade
- Recriação do Grupo de Trabalho da Paz
- Fortalecer e reeditar a Placa Ação Afirmativa

Direitos Humanos:

- Fortalecer a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Ações Afirmativas;
- Com o intuito de propiciar em períodos de pós pandemia, no âmbito do município, criar Centros DIAS. Oferecer condições de acompanhamento especializado juntamente a uma equipe multidisciplinar, articulando a efetivação da rede de serviços sócio assistenciais, visando a qualidade de vida, bem estar social, promoção da saúde, oferecendo serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para idosos.
- Criação de políticas públicas de geração de emprego e renda, qualificando pessoas que não tem experiência profissional, que desejam se colocar no mercado de trabalho.



Segurança Cidadã

-Criação da Unidade de Coleta e Processamento de Informações e Inteligência.

Essa unidade receberá informações através de disque-denúncia, redes sociais e de parceiros públicos e privados, sobre problemas que afetem a segurança pública, tais como iluminação deficiente ou insuficiente, mato alto, locais de abrigo de usuários de drogas ou pessoas em situação vulnerável de rua, ocorrência de crimes e delitos, etc.

Através de parceria com as forças de segurança, esta Unidade fará de forma sistemática a leitura da mancha criminal no município, com a finalidade de detectar quais são as ações de competência da Prefeitura que estejam impactando na mancha criminal e a solicitação de providência dos demais entes responsáveis.

- Criação do Comitê Permanente de Gerenciamento de Crises,

Composto por setores afins à segurança pública, será responsável por elaborar propostas de ações preventivas e mitigadoras em crises de inundação, ocupação ilegal e desordenada de áreas públicas, incêndios, crises na área de saúde que envolvam diversos segmentos e outros eventos que impactem de forma significativa a comunidade.

- Criação da Patrulha Social Comunitária da Guarda Municipal

Dentro do próprio efetivo da Guarda Municipal criar patrulhas para criar vínculos com comunidades periféricas, em conjunto com a assistência social do município, para identificar situações de extrema vulnerabilidade social e garantir a execução de ações mitigadoras.

- Criação da Patrulha do Sossego



Integrada por agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e da Agência Municipal de Meio Ambiente, pode ser conveniada com a Polícia Militar, com o objetivo de fazer cumprir a legislação relativa ao combate à poluição sonora. Fundamental a celebração de parceria com o Ministério Público e Poder Judiciário no sentido de convencionar o tratamento dado a veículos e aparelhos apreendidos em flagrantes.

- Criação da Cartilha da Cidadania

Criação de uma Cartilha Informativa dos serviços da prefeitura, telefones úteis para solução de problemas do cidadão, e dicas de cidadania, com material sobre resistência às drogas, denúncia de violência sexual, doméstica e infantil, com orientação sobre como as pessoas devem proceder diante desses casos. Cartilha impressa e elaborada para os meios digitais.

Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, com sustentabilidade

- Reforçar a política de recapeamento de ruas e pavimentação;
- Firmar parcerias com o Governo do Estado e Governo Federal para executar pesados investimentos em drenagem e saneamento básico, com proteção às nascentes de nossos córregos e melhoria da qualidade de vida da população;
- Viabilizar a destinação correta do Jardim Zoológico em área que possibilite vida saudável aos animais e bom acesso aos frequentadores;
- Debater com a sociedade a definição de um novo local para o funcionamento do Parque Agropecuário;
- Otimizar a limpeza urbana, com estímulo crescente à coleta seletiva e incentivo à reciclagem;



- Reforçar o trabalho de jardinagem em nossas praças, para que Goiânia volte a ser uma capital admirada pela sua beleza urbanística;
- Incentivar o plantio de árvores e a estruturação de bosques e parques com a participação da sociedade, com o intuito de tornar nossa cidade mais agradável e sustentável ambientalmente;
- Revitalização do Centro da Cidade, com incentivo à preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural;
- Busca por investimentos junto aos Governos Estadual e Federal e organismos internacionais para a ampliação do Anel Viário em torno da cidade e construção de viadutos, com o objetivo de desafogar o trânsito na cidade;
- Implantar processo de retirada das placas para valorização da art deco, combatendo a poluição visual.

Cultura para todos

- Reconhecimento de nossa diversidade tendo em vista as potencialidades e vocações locais e a articulação das múltiplas expressões artísticas e culturais da cidade;
- Promoção e troca de experiência e valores culturais a partir da circulação de espetáculos, bens e objetos estéticos visando a cidadania e inclusão social;
- Democratização do acesso a arte e à cultura com a criação de circuitos alternativos de exibição;
- Revitalização de espaços para celebração coletiva de valores artísticos e culturais;
- Concretização do projeto de descentralização cultural;
- Viabilização de uma política de fortalecimento de setores culturais com vistas a estruturar o mundo do trabalho cultural;



- Defender a liberdade de expressão e criação em todos os níveis, classes e regiões, proporcionando oportunidades de acesso e produção cultural;
- Ampliar a relação entre educação e cultura. Respeitando a cultura local, a rede escolar deve utilizar a produção cultural brasileira como meio auxiliar preferencial, com destaque para nossos valores culturais.
- Lei Orgânica da Cultura – Realização de um amplo levantamento e revisão das atuais leis municipais relacionadas a cultura e arte e a construção de uma nova legislação amplamente discutida com a sociedade, que aglutinará, se possível, em uma só legislação, os temas relacionados ao fomento, formação, difusão e memória da cultura de Goiânia.
- Sistema de Informações Culturais de Goiânia. Construção de uma ferramenta tecnológica e metodologia de produção de informações para uma profícua elaboração das políticas públicas de cultura;
- Ampliar os instrumentos de difusão da produção artística de cultural local;
- Simplifica Cultura – Desburocratizar o acesso aos recursos de fomento municipais à cultura e criar apoio material a projetos e eventos específicos;
- Articular com o Legislativo para implementar leis e medidas de interesse da cultura brasileira;
- Elaborar propostas de política de apoio às atividades culturais e acesso aos bens culturais para as novas gerações, sobre quem recai o ônus mais pesado da descaracterização cultural.
- Incentivo à realização de festivais, exposições e mostras culturais que transformem Goiânia num polo cultural do Centro Oeste.



Esportes para todos

- Construção e reforma de espaços públicos para a prática de esportes em todas as praças da cidade;
- Implantação de academias de ginásticas nas praças;
- Ampliação das faixas de ciclovia e incentivo à prática do ciclismo;
- Incentivo à prática de torneios esportivos nas mais diversas modalidades como forma de estimular as pessoas à prática esportiva;
- A exemplo do Torneio da Favelas, que adquiriu projeção nacional, realizar um Campeonato de Futebol que reúna equipes da periferia da cidade como forma de incentivar a prática do nosso esporte mais popular e descobrir novos talentos.

Direito à Diversidade

Criar e colocar em prática o Plano Municipal de Combate LGBTfobia:

- A) Saúde – sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde para o atendimento humanizado e respeitoso dos indivíduos LGBTs;
- B) Educação – realizar formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino e desenvolver campanhas pela convivência pacífica com as diferenças junto aos estudantes e suas famílias;
- C) Segurança – orientar e capacitar a Guarda Civil Municipal para o tratamento igualitário de todo e qualquer cidadão, com o devido respeito exigido por lei, inclusive os LGBTs e outras populações marginalizadas, na perspectiva da plenitude dos direitos Humanos;
- D) Cultura – abrir os equipamentos municipais de cultura à produção cultural da comunidade LGBT para que a mesma possa expressar com liberdade sua maneira de ser e sua dignidade;



E) Criar Centros de referência e Combate à LGBTfobia, com equipe especializada para realizar o atendimento;

F) Estruturar a Assessoria LGBT para que possa realizar um atendimento condizente no sentido de articular as políticas públicas que atendem diretamente a população LGBT;

G) ampliar, detalhar e analisar o mapeamento de ocorrências LGBTfóbicas no âmbito do município;

H) Criar e fortalecer o Conselho Municipal da Diversidade garantindo suas atribuições, composição e forma de eleição para que seja efetivamente representativo da comunidade

Prestigiar e fortalecer o funcionalismo público

Para a execução do Plano de Governo que será consolidado com a participação da sociedade é fundamental a participação do funcionalismo público, sem o qual qualquer plano se tornaria letra morta. Nesse sentido pretendemos:

- Prestigiar os servidores concursados, inclusive no exercício dos cargos de direção;
- Realização de Concursos Públicos nos setores onde existe uma grande defasagem;
- Política permanente de qualificação profissional;
- Mesa Permanente de Negociação e Diálogo com o funcionalismo;
- Informatização crescente das atividades de todas as secretarias e departamentos;
- Elaboração de Plano de Cargos e Salários onde não existem e aperfeiçoamento dos existentes;
- Ter posicionamento firme de defesa da estabilidade do servidor público, por entender que ela é garantia e não privilégio.